

## **Fossilização em dogma ou renúncia? Apontamentos para o discurso nacionalista**

Diego Santório

Como sempre no marxismo, a reflexão teórica avança acompanhando a realidade do movimento do que quer ser teorizador. É dizer, o marxismo, a “filosofia da praxe”, pela sua especificidade, nasceu e desenvolveu-se à calor das convergências e divergências históricas que se produziam no interior das forças sociais e políticas que o tinham como referente. Assim pois, deshistorizar os debates som a via certa para desfocarem-se as análises. Estas notas inscrevem-se pois num momento particular: o nacionalismo galego juvenil e de esquerdas tras o seu passo polo governo galego e a reconfiguração orgánica dentro do BNG. Querem ser ademais, num tudo fechado e circular, mas elementos dum debate desde a nossa óptica absolutamente necessário.

A intenção declarada é fazermos umha crítica das insuficiências dalgumhas das linhas teóricas e práticas presentes no nacionalismo galego, especificamente a nível juvenil.

Antes de centrar-se no assunto que nos quer ocupar, precisa-se fazer umhas considerações prévias. Como nacionalismo de esquerdas, este sofre tanto as suas condições internas e específicas entanto que nacionalismo da Galiza como as dinâmicas sócio-económicas mundiais e europeias: basicamente, a própria história do nacionalismo galego derivada da sua inserção forçada no quadro espanhol da Reforma e as derivadas da queda do “socialismo real” e a entrega absoluta das socialdemocracias ao capitalismo neoliberal.

Resulta-se imprescindível também para a análise a evolução do discurso no nacionalismo galego, em concreto de todo aquel reunido hoje baixo o BNG. Num é nada novo afirmar que hoje no BNG confluem várias linhas históricas de pensamento e práticas.

Esquemáticamente, por um lado, o nacionalismo “nacional-popular”, orbitante ao redor da UPG, que ergueu a maior parte das organizações sociais nacionalistas, ERGA, CC.LL., SOG, etc, antecedentes das actuais. A nível teórico a UPG seria o comunismo patriótico, com um discurso de Galiza como colónia e actuação etapista onde umha aliança de classes populares levaria desde a Revolução Nacional-Popular (cuja linha teórica pode-se achar muito bem expressa no IV Plenário Nacional da AN-PG, dezembro de 1979) a umha Revolução Socialista, o que coerentemente provoca um rejeitamento frontal da Reforma política.

Ademais, temos a linha representada no seu nascimento polo PSG, rompendo com a sua origem pinheirista e abandonado por aqueles que depois se integrariam no PSOE. Desde umha origem num estritamente nacionalista; este partido político marxista, de escasa militância, conceitua a Galiza como colónia interna da Europa Ocidental, com umha praxe política que

varia entre a aliança entre o sector nacional-popular (CFPG, MFPG, desde o 81 com o BN-PG e finalmente integrados simultaneamente no BNG no 82) e o sector mais possibilista (a coaligação UG, ano 79), mesmo rompendo no 83, ficando umha parte no BNG e outra fora aliada com o sector possibilista.

Por último, umha linha representada por esse nacionalismo possibilista. Este nacionalismo aceita a participação desde o começo no quadro constitucional e estatutário, baixo a premisa de permitirem condições para o avanço do nacionalismo: seriam o POG, EG ou a última UG, até rematar integrada no BNG a começos dos 90.

Se fazemos este repasso é também para constatarmos umha evidência contrastável nas análises, documentos, posicionamentos e prática política da Frente: a praxe política e discursos actuais da Frente pouco se separam hoje das posições políticas de Unidade Galega de finais dos anos 70. Para umha crítica demoledora desse programa por parte do nacionalismo nacional-popular, pode-se ler em *Crítica do Programa de "Unidade Galega"* em *Do capitalismo colonial*, López Suevos.

O BNG desde a aceitação formal da Constituição espanhola no 85, correlato na Frente da mesma pola UPG com grandes resistências e umha escisom mui significativa (onde mesmo média um escuro episódio onde as posturas contrárias ganharam, cfr. *A nación galega existe*, Francisco Rodríguez Sánchez, pag. 118 (1) ), manteve durante os anos 80 e mediados dos 90 um discurso e praxe claras e de oposição ao que em Galiza foi a continuação do franquismo baixo AP: o BNG era, pois, a única alternativa política frente a esta e um PSOE no governo central que mostrava a sua verdadeira face. A confirmação prática das suas análises: destruição do agro via integração na CEE, desmantelamento produtivo do sector pesqueiro, bloqueio institucional e político e conseqüentemente o aborto dumha possível alternativa burguesa própria via CG e grupos industriais associados a esse sector social, etc; e a coerente e combativa praxe política levou-no a ser a referência social da mocidade e dos sectores sociais que queriam um câmbio de modelo. Fruto dessa onda popular acedeu-se, no seu cúmulo, ao maior poder institucional do nacionalismo: 2ª força política no Parlamento no 97, no 99 governo em várias cidades... Com a baixa eleitoral do 2001 e o estancamento do 2003 a UPG opta por desprazar a toda costa o Porta-Voz Nacional Xosé Manuel Beiras ao entender que se dera um câmbio de ciclo e situar Anxo Quintana. E assim, em baixada, chegamos ao governo galego em 2005.

E ai explodem as contradições entre a praxe do governo e um discurso que se mantivera "criogenizado", por muito que as propostas que figuravam desde 1997 no programa eleitoral, concebido como programa de governo, fossem mais mornas.

Mas como afecta isso ao discurso do nacionalismo popular? À vista do acontecido no governo,

podemos enunciar uns puntos separadamente, mas relacionados e com coerenca interna, especialmente no nacionalismo juvenil.

1) Desconexom absoluta do discurso e a prática: dada a prática desenvolvida e a sua distância sideral ao discurso histórico, podemos afirmar que a maior distância entre elas maior esclerotizaçom do discurso, ao se autonomizar a prática do necessário contraste teórico, o que leva à conversom dumha teoria apegada à realidade a un discurso metafísico, parado em tempos passados já que o seu contraste com a realidade seria problemático e sempre projectado no futuro *ad calendas graecas* para justificar a actuaçom presente, permanentemente obstaculizada por “condiçoms objectivas” exculpadoras e paralisantes, e umha situaçom política mais favorável que porém só permite rebaixar o discurso.

As responsabilidades de governo encomendadas à UPG dam bom exemplo dumha praxe nem coerentemente social-democrata, ademais dum nesgo produtivista. Na indústri, a concessom eólica como paradigma: desde a falha de respeito ambiental denunciada polo ambientalismo nacionalista a umha conceiçom do país como solo a vender baixo um plano desenhado polo PP ao melhor postor do capital, galego ou espanhol, a cámbio dumha mínima participaçom pública (um 14%): nem ordenaçom racional (quase todos os montes eram objecto de concessom), nem propriedade pública, total ou maioritária, baixo a forma de empresa pública ou semelhante, como mesmo figérom CC.AA. como a basca baixo o EAJ-PNV. E tudo isso defendido como plano estrela baixo o argumento desculpador: o do PP era pior. Também podemos falar da minaria: legalizaçoms de concessoms a posteriori de exploraçoms irregulares prévias de empresas privadas, enfrentamento com o ambientalismo nacionalista, declaraçoms de “concelhos mineiros” baixo prisma produtivista.

Tudo bem longe do que proclamava nom já a UPG, mas os Estatutos Fundacionais da Fronte: *“Socialización dos recursos enerxéticos e nacionalización da sua extracción, produción e distribución.*

*Control e nacionalización, no seu caso, dos recursos mineiros estratéxicos para a nosa economía e fundamentais para o desenrolo dos procesos de transformación adecuados en función das necesidades e o progreso material da sociedade galega (do povo galego).”*

Algo mais aceitável, mas bem longe também da mitomania, o Meio Rural: um Banco de Terras, também como elemento estrela, que nom era mais que um mediador entre proprietários privados e onde cambiárom de maos a minúscula cifra de menos de mil ha, ou mesmo umha actuaçom leiteira onde se conseguiu brilhantemente várias cousas à vez: ser incapazes de melhorar o pagamento aos produtores, enfrentar-nos ao sindicalismo agrário nacionalista e fracturá-lo, e actuar de valedores de empresas leiteiras sem mudarem rem as condiçoms de comercializaçom e distribuiçom dos produtos lácteos. Tudo um êxito baseado na premissa que o Estado e a UE nom nos deixa operar, nem implantar qualquer mecanismo para garantir um

preço mínimo, algo que se reclama insistentemente poucos meses depois. Ilustra bem o caminho percorrido vemos os argumentos do nacionalismo popular que exibia também Suevos na altura criticando UG: *“o importante problema da comercialización dos produtos agrarios é discutible que se poida resolver ca creación dun sistema de precios de garantía e outras medidas afíns, si non vai acompañado dunha Empresa Nacional de Comercialización”*

2) Rigidez nos dogmas e ocultamento ou falsificação do próprio discurso histórico: usaremos um par de exemplos significativos, tomados de afirmações das duas últimas Assembleias Nacionais de Galiza Nova por parte de destacados membros da UMG.

*“Ou Stalin ou Renan e nom existe mais”*, referido à questão nacional. Essas eram as opções dadas: o desprezo a muitos marxistas e a ignorância respeito à recepção da definição staliniana (via utilização instrumental por Castelao) som pavorosas. Sem termos que concordar forçosamente com eles, resulta olímpico o desprezo a Rosa Luxemburgo, Otto Bauer ou mesmo Lenine, que ignorou, ele sim, as aportações de Staline de 1913, e um ano depois da obra estaliniana no seu *“Sobre o direito das nações à autodeterminação”* afirmava *“por autodeterminação das nações entende-se a sua separação estatal das colectividades nacionais estrangeiras, entende-se a formação de um Estado nacional independente”*

Ademais, toda a produção do marxismo posterior a essas datas (quando nem nacera o nacionalismo galego!) desaparece: nem sequer as aportações da própria tradição do comunismo nacional, ou das lutas de libertação nacional, é considerado.

E é que o discurso hoje a nível juvenil é mesmo um discurso herderiano e pre-marxista enquanto à teorização da nação, onde há primazia absoluta das questões culturais e lingüísticas, o factor económico e a formação social galega desaparece, a nação vira fossilizada, só existem elementos objectivos e não a vontade. Com o relógio parado em Murguia, não é de estranhar a particular insistência sempre nas mesmas figuras, como o marechal Pardo de Cela.

*“A URSS foi um exemplo de convivência nacional num estado federal”*. A necessidade de escapismo na argumentação quando é reclamado um Estado próprio e soberano como alternativa coerente no exercício autodeterminista da lugar a esta afirmação. Mas nem aí acertam: a valorização das contradições nacionais na URSS por parte da UPG (também o BNG) fora bem outra (2). Logicamente um partido que escapava ao esquematismo da URSS de *“um Estado, um partido”*, afirmando *“umha nação, um partido”* favoreciam essas apreciações e essa *“heterodoxia”*. Hoje, a nível juvenil, a consequência dum discurso artificialmente acoplado à prática política é que permite travestir-se a nível teórico como a (suposta) ortodoxia pura, bem alonjada das históricas valorizações próprias, for por desconhecimento ou absurdo afã de verdade revelada.

3) Incidência absoluta só na “contradição principal” nacionalismo-espanholismo, que vira quase em “contradição única”, e ocultamento dos antagonismos de classe internos, o que fossiliza ainda mais a conceição da nação: se as classes som internamente quase irrelevantes e podemos representá-las a quase todas (3), a nação permanece igual a si própria para sempre, o factor económico desaparece e volvemos ao pre-marxismo murguiano, ademais de esterilizar a possibilidade de analisar a acelerada urbanização e proletarização do nosso país e actualizar a nossa praxe. E vencelgado a isto a relação nacionalismo e/ou esquerda: a fidelidade ao discurso de “o nacionalismo *per se* é esquerda e polo tanto nom fai falha afirmá-lo”, por muito que existam nacionalismos noutros países com posturas de classe contrárias ao galego, é usado para tapar as actuações contraditórias e afirmar-se de esquerda quando as actuações nom o som. Como amostra, um repasso às recentes XII Teses do Congresso da UPG dá umha (1) ocorrência à palavra socialismo, e só para falar do fracasso das experiências do Leste europeu, mas páginas e páginas à situação internacional, para aquí rematar falando desproporcionadamente da RTVG. Resulta bem chamativo num momento de novo ascenso da esquerda, da aparição do “socialismo do século XXI” por exemplo, onde na Galiza mesmo o sindicalismo nacionalista (a CIG é o 2º sindicato do país e com mais de 70.000 filiados hoje, e subindo) fala do socialismo como alternativa ao sistema capitalista, um partido chamado de comunista tenha omisons desses calado.

Mesmo parece ocorrer um desprazamento da contradição “nacionalismo-imperialismo” para fora das nossas fronteiras, a causa das contradições que nos causa a relação com o PSOE: usa-se a legitimade doutros nacionalismos e antiimperialismos para cobrir as carências próprias e permite-se entom a postura juvenil mais extrema a milhares de quilómetros, luta armada incluída, mas conforme nos achegamos ao país a radicalidade vai-se diluindo como açúcar na água.

Assim nom estranha que perante a tensom entre o discurso e a(s) realidade(s) do(s) nacionalismo(s) se acabe por justificar a nível juvenil a renúncia a se definir de esquerdas porque este é um conceito “vácuo” ou “confuso” .

*4) Praxe política baseada no controlo absoluto dos movimentos sociais afins: a suposta fidelidade ao leninismo basea-se só em conservar o esquema organizativo de partido vanguarda do Lenine de 1905, criado para umhas condições históricas concretas, o régimen tzarista baixo a clandestinidade, e nom como modelo. Assim vem a desconexom do nacionalismo político, incluído o juvenil, de movimentos que vêem supeditada a sua autonomia a seguirem milimetricamente as indicações marcadas, so pena de ostracismo ou aberta hostilidade. Nom é estranho pois que fosse durante esta etapa governativa onde as tensoms fôrom mais agudas, ao nom coincidirem o ritmo do BNG-governo com o dos movimentos sociais nacionalistas.*

O outro sector hoje maioritário do BNG, +BNG e redondeças, criou-se à calor do acesso ao governo autonómico e à decadência de muitos dos colectivos historicamente integrados no BNG, que abraçárom este recurso salvador. Este sector que agrupa mui diversas tendências e origens, amolecidas as diferenças graças à difusa nebulosa ideológica em que navegam, tem-no, ao menos, mais fácil. Se os anteriores pretendem conservar a suposta coerência e salvar a distância entre a teoria congelada e a prática real por meio de cada vez mais complexas piruetas, este sector directamente guinda ao lixo o discurso do nacionalismo popular e unifica prática e teoria renunciando ao discurso anterior (aqueles que o sostivérom, a outros reconhece-se-lhe a sua coerência de décadas) e acomodando-o à praxe real(izada), praticamente indistinguível do anterior sector do Bloco: se o sector possibilista perdeu organicamente a batalha, acabou ganhando a guerra pola via dos factos, qual o Cid da historiografia espanholista.

Poderíamos analisar o descurso deste sector através de muitas das declaraçõs do anterior Porta-Voz Nacional e Vicepresidente da Xunta de Galicia, mas preferiremos fazê-lo sobre os textos a debate na constituição desta corrente, especialmente no referido ao seu relatório político. Nele expreme-se a visom sobre Galiza, o nacionalismo e a questom social. Resumindo, podemos dizer que estamos perante umha proposta social-liberal e autonomista, envolvida numha linguagem cara à vaga posmoderna e mesmo com graves assunçõs de linguagens alheias ao nacionalismo. Vejamo-lo com exemplos.

Na questom nacional, autonomismo: valoraçom positiva da autonomia e especial énfase nas suas potencialidades ocupam a maior parte do texto (*“a autonomía supón un avance histórico transcendental e constitúe unha ferramenta importante no proceso de conquista do autogoberno efectivo e a soberanía política”*), mas mais significativo ainda é falar em soberania... compartida!: *“Apostamos por avanzar cara a un Estado plurinacional, no que se estableza un modelo aceptábel para todos os pobos que coexisten no Estado español de coparticipación política, baseado na premisa da soberanía compartida”*. Sabemos que mesmo nas Bases Constitucionais podia haver cesom de soberania, mas depois dum processo constituínte, de acadar a soberania plena e tras umha negociaçom. Mas nom é disso do que se fala aqui: aqui pola via da minúscula reforma constitucional, do passo mínimo, chegaríamos sem nos dar conta a um Estado plurinacional onde este supostamente nos cederia graciosamente umha parte da sua soberania (para poder retirá-la em qualquer momento, como mesmo afirmava Castelao num treito do Sempre em Galiza referido a Catalunya). Como no paradoxo de Aquiles e a tartaruga, sempre correndo detrás do Estado Plurinacional sem poder alcançá-lo, nom sabemos como milagrosamente poremos de acordo o PP e o PSOE em reconhecer a pseudo-soberania, ao precisar dous terços do Parlamento espanhol, mas essa parece ser a táctica, empregada também por exemplo por Imaz no PNV: apostar em algo que nunca vai ocorrer, visto os precedentes centenários e recentes, antes que afrontar a realidade,

esta vez sim, com realismo.

Na esquerda, a combinação resultante do melting pot vem ser o social-liberalismo:

1) Louvança à “igualdade de oportunidades”, fazendo abstracção de origens e classes sociais, que nom aparecem nos textos, em linha com a fracassada e antipopular terceira via de Tony Blair e o seu ideólogo Giddens: *“unha sociedade onde a impere a igualdade, a liberdade e a fraternidade entre persoas e pobos. As persoas non poden desenvolverse en liberdade se non existen os mecanismos que garantan a igualdade plena de oportunidades (...)Os poderes públicos deben garantir polo tanto a igualdade real de oportunidades, así como a necesaria regulación dos mercados, para impedir a concentración de poder económico”*

2) A defesa Estado de Benestar socialdemocrata da era neoliberal, longe da socialdemocracia pré-Grande Guerra (chegar ao socialismo através de reformas) ou mesmo da posterior à 2ª Guerra Mundial, que renunciando ao socialismo e mesmo o marxismo sim cria no Estado como proprietário de meios de produção em sectores estratégicos, como o energético, do transporte (caminhos de ferro ou aeronáutico), o das telecomunicações, etc. O Estado é reduzido só à assistência básica: sanidade, educação, serviços sociais, e como regulador mas nunca como actor, espectador que nom joga:

*“A consolidación e mellora do Estado do Benestar xurdido na segunda metade do século XX é un eixo de acción fundamental. Educación, saúde, servizos sociais, a defensa dos traballadores e traballadoras, as políticas de igualdade de xénero e a xestión sustentábel dos recursos naturais constitúen os piares básicos (...). Apoiamos a existencia de mecanismos públicos de regulación dos mercados en función dos intereses e necesidades das maiorías sociais, especialmente nos sectores estratéxicos e/ou que producen bens de primeira necesidade”*

3) A louvança liberal ao empresariado como gerador de riqueza e emprego, e nom como fonte de exploração e expropriador de mais-valia, baixo o eufemismo dos “empresários”:

*“Apostamos por unha sociedade civil dinámica, que acolla, potencie e valore os/as emprendedores/as capaces de desenvolveren proxectos innovadores orientados á creación de emprego digno e de calidade”*

Em resumo, para avaliar quan esquerda transformadora e soberanismo achamos nesta corrente, nom parece arriscado compará-la com outros programas existentes no Estado espanhol, resultando do mais semelhante a Convergència Democrática de Catalunya, membro do Partido Liberal europeu, mesmo com alguns pontos menos de nacionalismo incluídos (4)

Resultam também significativas as ausências, mais para umha corrente recém constituída:

Galiza só existe na UE, nom está no mundo, nom existe o imperialismo nem o internacionalismo (mas sim muito eurocentrismo). A única mençom é umha idealista (entendido como oposto a materialista) pretensom de “reformatar” o BM ou o FMI. Nom sabemos como chegará essa reforma, nem para que, mas é que tentar explicitá-la levaria directamente à conclussom de que som órgaos irreformáveis, tal qual o Estado espanhol ou a UE. Mas é bem coerente com um texto onde se intui a resposta à pergunta: competir no capitalismo mundial por esquilmar mercados e recursos fora da borbulha europeia ou construir um mundo habitável para todos?

Finalmente, quanto à linguagem usada: seguimos na terceira via, no fascínio pola “sociedade do conhecimento”, a “sociedade civil dinámica”, etc. Mesmo usa-se linguagem perigosa ou contraditória com o próprio nacionalismo: um exemplo, fala-se de “*ser nación no plano político*”, como se só se fosse naçom se tivessesom soberania política, é dizer, recordando os espanholistas conceitos orteguianos, usados depois por muitos dirigentes do PSOE (Gregorio Peces Barba, paradigmaticamente, “pai” da Constituição espanhola), falando de “naçoms políticas”, respeitadoras de direitos individuais, de modelo francês e com direito à soberania, e “naçoms culturais”, naçoms de segunda, sem direito à soberania, formadas sobre o modelo alemão do *volksgeist*. Nom ignorando a capacidade nacionalizadora dos Estados, e sabendo que a combinação de factores objectivos e subjectivos caracterizam qualquer movimento nacionalizador na conceiçom contemporânea de naçom, nom deveriamos esvarar cara a umha dicotomia que é exclusivamente usada para negar o direito de autodeterminaçom em base a supostas diferenças ontológicas nas naçoms que encubrem o supremacismo e o imperialismo, diferenças unicamente sancionadas polo poder coercitivo estatal e nom pola vontade soberana dos povos. Fala-se também em “*nacionalistas e galeguistas*”, como se fossem conjuntos distintos, caracterizaçom bem cara do pinheirismo, que teorizou a existênciam desses dous planos desde os anos 50: galeguismo como superador e abrangente do nacionalismo, algo caduco e desnecessário que há que substituir polo federalismo europeu, galeguismo como algo difuso que também englobaria todas as forças políticas (5). Desde o nosso ponto de vista, o nacionalismo é o galeguismo político de hoje, tal como o foi no seu momento o provincialismo ou o regionalismo, e fora do nacionalismo nom existe galeguismo político: existem, no PP e PSOE, distintos projectos de assimilaçom nacional irreconciliáveis com o nosso. A nom ser, claro, que galeguismo seja folclorismo, polbo à feira e bailes com os velhos nas festas.

Bem sabemos que a crítica, mesmo feita com afâm de debater, achar pontos de encontro e ajustar o nosso discurso, é bem mais fácil que dar alternativas, e mais acertar nelas. Nom seria justo pois, rematar sem dar ao menos umhas ideias sobre por onde achamos devem ir os discursos e práticas do nacionalismo galego. Ademais, fazemo-lo desde a nossa postura declarada, devedora da linha histórica do nacionalismo popular, solidária com os movimentos de liberaçom nacional e social no mundo: queremos construir “a via galega ao socialismo”, o socialismo do século XXI para umha naçom com um Estado independente e soberano. Essa é



a nossa aposta, onde poderíamos enunciar as ideias de que falávamos por paralelismo opositor com os pontos que usamos para analisar previamente:

1) Um bem preçadíssimo da esquerda é a coerência. A hipocrisia, o dizer sem o fazer, causam muito mais dano nos movimentos libertadores. O dirigismo falando em horizontalidade, a desqualificação pessoal falando em companheirismo, o privatizar serviços falando em socialismo... são elementos a desterrar do nacionalismo galego. A confiança que nos deu o povo galego, laboriosamente construída, pode-se perder em poucos anos: na consciência popular, Reganosa apaga às Encrobas, o Plano Acuícola apaga Baldaio... e mais numa sociedade individualista e com pouca memória. Assim pois, devemos fazer um esforço máximo em conservá-la, sem a qual qualquer passo pelo governo só pode ser entendido como desgaste, natural e determinado pela acção política própria.

2) Precisamos uma urgente actualização do marxismo e soberanismo galego, não para vender-nos, mas para poder actuar e transformar na direcção querida: a nível da questão nacional, devemos recuperar o papel da economia na definição da nossa nação como ente social e não monólito ahistórico, a relação entre elementos objectivos e subjectivos, entre nação e Estado. Assim mesmo, formar-nos, conhecer as valorizações históricas, as acções e os discursos do movimento nacional-popular.

3) Na esquerda, é imprescindível retomar a nível discursivo a existência da luta de classes na nossa nação e o carácter de esquerdas e popular do nosso movimento emancipador. Não é labor destas linhas e excede as capacidades do autor, mas é imprescindível analisar o capitalismo na Galiza e a sua relação com a opressão nacional e o colonialismo hoje, os mecanismos usados para a apropriação da mais-valia e a sua relação com a dependência económica colonial, o carácter da super-exploração quando a cada vez mais a estrutura de classes parece-se às do capitalismo central, com um sector agrário muito reduzido e um nível de assalariamento do 70%, etc.

Precisamos, em relação a isso, analisar quais sectores sociais queremos representar e a forma de organização política subsequente. Ao nosso ver, segue sendo válida a fórmula da Frente e a aliança de classes para a libertação nacional. Acreditamos ademais, que a frente pode representar muito maioritariamente a nossa nação orbitando sobre a classe trabalhadora e as classes populares, mesmo mais agora que quando se fundou, por causa da assalariamento e terciarização social. Acreditamos imprescindível ademais fixar dentro do nacionalismo popular sectores flutuantes das classes médias, especialmente urbanas: profissionais liberais, autónomos, assalariados das administrações públicas, técnicos... E seguimos pensando que os interesses objectivos dos pequenos burgueses galegos (na sua estrita condição de pequenos empresários) estão ao lado do campo popular. A linha de demarcação hoje move-se para médios e grandes burgueses: acreditamos bem diferente um padeiro, uma sapateira, um

peixeiro, o dono do quiosque com um empregado, o autónomo com dous camions, umha tenda de roupa, um estudo de delineaçom... que a propriedade dum estaleiro, dumha cadeia de hipermercados, dumha construtora ou dum meio de comunicaçom.

O importante é aplicar o que dizemos: se nos cremos essa diferença, nom caeremos em erros que a nossa base social nos fará pagar. O labor da Frente, do BNG, nom pode ser pois a criaçom dumha inexistente burguesia galega, defendendo os seus interesses frente aos foráneos. Esses burgueses fam parte, como sempre figérom, da oligarquia espanholista e espanholizante; e nunca vam poder ser representados polo BNG sem este sofrer umha mutaçom que o desnaturizaria. Chegado o suposto caso, o BNG deveria ver nacer sem interferir, ou mesmo apoiar se assim o estimasse, o nacemento dumha força de obediência galega de centro-direita, mas nunca pretender transformar-se nela: o BNG foi, é e deve seguir sendo a ferramenta das classes populares do país.

Precisamos também pensar de novo o vencelho das luitas nacional e social, a sua interrelaçom e como dar os passos cara umha transformaçom radical da sociedade. Ai declaramo-nos seguidores dumha linha que iria desde o Lenine de 1917, passando por Gramsci, o primeiro Lukács e aqueles marxistas que complexizárom a questom da “inevitabilidade das leis históricas” e as formas da questom central da tomada do poder. Achamos que a ruptura tem que vir dumha acumulaçom de forças populares para a que será imprescindível a clarificaçom do discurso e a prática coerente, explorando as contradicçoms do Estado, e fazendo que cada avanço e cada reforma seja um passo positivo para a ruptura e nom umha forma de narcotizar o povo, amortiguar as contradicçoms ou entregar a nossa legitimidade, fechando os debates para outra geraçom.

Apostamos também polo historicismo e a criaçom do homem novo do que falava o Che Guevara frente ao determinismo e o economicismo, e pensamos que a revoluçom nacional-popular e a socialista correrám cada dia mais juntas e simultáneas: nas dinámicas políticas galega e do Estado espanhol parece impossível que ocorra umha ruptura radical no plano nacional sem que seja abalado também cara a esquerda o quadro político.

4) Por último, temos que apostar na autonomia dentro do movimento nacionalista. Temos que saber que os ritmos e necessidades dos movimentos sociais nom temem porque, e provavelmente nom o fagam, coincidir com os da Frente Política, polo que temos que saber que nom sempre coincidirám exactamente com nós. Temos que fortalecê-los e coidá-los, porque deles se nutrirá a militância política e neles pode nacer, porque deles sairám propostas que serám sempre interessantes e muitas vezes correctas, já que o seu trabalho centra-se nelas: a Frente Política tem que saber ter a visom de conjunto, mas se existem diferenças com os movimentos nom podemos tentar controlá-los porque isso pode levar à sua fractura ou destruiçom.

Todas estas reflexons sabemos que som pequenos apontamentos, e que é imprescindível que aqueles que apostamos nas clases populares, na esquerda e no nacionalismo reflexionemos conjuntamente para actuar certos. Como dizia Lenine: estudar, estudar, estudar!

---

(1) *“Gañaron por un voto os partidarios de non asumiren o requisito. Aconteceu sinxelamente que os encargados de contar os votos se trabucaron e deron as cifras invertidas (...) Unha vez que se fixo público o reconto dos votos, a persoa responsábel decatouse de que se producira um erro, mais o acto estaba xa consumado e a asemblea en proceso de disolución. As secuelas internas, de dar a coñecer esta equivocación, semelleránlle (sic) de tal envergadura que xa non se atreveu nen a falar”*

(2) *“A UPG criticou na teoría e desmentiu na práctica o tratamento dado aos problemas nacionais polos partidos situados na órbita ideolóxica soviética. Sempre nos pareceu incorrecto que o dereito de autodeterminación, formalmente recoñecido nas sucesivas Constituizóns da URSS, carecese de verificación, ao privar os destinatários deste dereito dos instrumentos adecuados para pó-lo en práctica ao negar-lles a capacidade de auto-organización política. O facto de que os comunistas galegos optásemos por organizacións partidárias de ámbito e carácter nacional contradicia na práctica o esquema defendido pola doutrina de Moscovo, defensora do marco estatal como base organizativa do proletariado.”*

(3) Resulta altamente significativo o afirmado polo Secretário Geral da UPG, Francisco Rodríguez, ao Xornal de Galicia em 23/08/2009, dos sectores que ao seu ver se dirixe o BNG: *“clases populares que van dende os traballadores ata a mediada e pequena burguesía, (...) onde caben ata algúns grandes empresarios, pero como feito minoritario”*

Consultábel em: <http://www.uniondopovogalego.org/terraetempo/12-doc-3.htm>

(4) Cfr. com o seguinte, dispoñíbel em <http://www.convergencia.org/descripcioPlana.php?id=67>  
*Els principis generals i objectius de Convergència són:*

a) *Potenciar la identitat de Catalunya per assolir i desenvolupar la plena sobirania nacional.*

(...)

d) *La defensa dels drets humans i les llibertats individuals i col·lectives i dels pobles, així com el dret a la seva autodeterminació, la convivència, la solidaritat, la igualtat, l'aprofundiment de la democràcia i el dret i el respecte a la diferència.*

e) *La justícia social i la solidaritat entre les persones i els pobles, que han d'assegurar a tots els ciutadans i ciutadanes unes condicions de vida dignes i un repartiment equitatiu de la riquesa i que garanteixin un mínim de benestar econòmic*

f) *Vertebrar una societat amb una economia de lliure mercat productiva i competitiva, sostenible*

*i respectuosa amb el medi ambient que incentivi l'esforç i la creativitat per a generar riquesa i treball i que permeti la consolidació i el creixement de l'estat del benestar*

Ou mesmo também as suas juventudes, a independentista JNC:

*La JNC té com a principi rector la democràcia, i configurem la nostra proposta ideològica al voltant del sobiranisme social-liberal. (...) Per tant, la JNC vetlla pel progrés social de Catalunya, i ho fa a través dels eixos que defineix el social-liberalisme. Un paradigma (...) que es basa principalment en la defensa de l'individu i la seva llibertat per a tirar endavant els seus projectes conjuntament amb un estat del Benestar modern que vetlli per la igualtat d'oportunitats de tots els ciutadans i per la justícia social basada en la meritocràcia.*

(5) Concordamos fortemente com a análise realizada em "Piñeiro e o Piñeirismo em perspectiva histórica" Velasco Souto, Carlos F., Ed. Laiovento